

Prefácio – Por uma Educação em Agroecologia que Promova o Bem Viver

É com alegria e ainda embalada pela sombra e a beleza da sumaúma do Instituto Federal do Pará, Campus Castanhal, que estamos publicando os Anais do III Seminário Nacional de Educação em Agroecologia (SNEA), evento promovido pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), no período de 04 a 07 de julho de 2023. Sendo realizado sob o “chão da floresta amazônica”, este evento trouxe o tema “Construindo caminhos para o fortalecimento de territórios de Bem Viver”, e contou com a participação de 250 pessoas de vários estados do Brasil numa programação com a apresentação de experiências nos Tapiris de Saberes, mesas redondas e painéis, feira, ciranda infantil, atividades autogestionadas e visitas de intercâmbio.

É sempre bom lembrar dos caminhos trilhados pela ABA-Agroecologia com a pauta da Educação para entender como chegamos até aqui. Inserida num debate mais amplo sobre construção do conhecimento agroecológico, já faz algum tempo que a ABA vem fazendo reflexões sobre temas como os princípios orientadores para a Educação em Agroecologia em diferentes níveis educacionais; metodologias de ensino e o currículo; diálogos de saberes na escola em conexão com a educação popular; papel dos núcleos de estudos em Agroecologia, no ensino médio e superior; perfil e reconhecimento profissional dos egressos dos cursos de Agroecologia; relação com os movimentos sociais do campo e a Educação do Campo; pós-graduação em Agroecologia; qualidade do ensino; construção de políticas públicas de educação; etc¹. Cabe ressaltar que desde o início demos uma maior importância para a educação formal, pois entendemos que precisamos avançar com este debate no movimento agroecológico. Além disso, entendemos que a escola é um lugar privilegiado de construção da agroecologia, sendo um “campo em disputa”, por ser local de interesses e projetos educativos conflitantes.

Quando chegamos em Castanhal o contexto vivido era de resistência e resiliência ativa, pois estávamos passando ainda por um momento de pós “pandemia viral e política” que nos matou, nos adoeceu e que tentou roubar nossas utopias. Vivíamos ainda a influência de uma educação marcada pelo descrédito (quem se lembra da forma como era tratado o Ministério da

¹ Vale a pena ler os anais do I e II SNEAs, que aconteceram em Recife/PE (2013) e Seropédica/RJ (2016), respectivamente, e que também tiveram seus anais publicados nos Cadernos de Agroecologia, no Volume 11, número 1 (2016) e no Volume 12, número 1 (2017) em <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad> e <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/issue/view/100>.

Educação, os professores e a escola pública no governo anterior?); com ameaças permanentes aos/às educadores/as dedicados/as a uma educação crítica; uma sobrevalorização do ensino remoto e da educação à distância, com o adoecimento dos/as educadores/as e estudantes e as consequências sobre a qualidade do ensino; uma falta de recursos para investimentos na educação definida pela Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos e ameaças de privatização do ensino superior; permanecia o fechamento de escolas rurais; os retrocessos da reforma do ensino médio e a forma como foi conduzida; as disputas pela escola pelo agronegócio, com sua agenda moral e mercadológica como no Movimento O Agro nas Escolas e outros projetos como o Escola sem Partido e o Todos pela Educação,... entre tantas outras ameaças.

Apesar do III SNEA acontecer num contexto de grande esperança com a retomada da democracia no Brasil, vivíamos ainda uma contradição explosiva no campo vinculada a uma crise ambiental associada à volta da fome, às injustiças climáticas, ao racismo e à violência no campo, com ameaças, como as do marco temporal para a demarcação de terras indígenas e a criminalização dos movimentos, inclusive a algumas iniciativas educativas do campo.

Neste contexto e depois de seis anos desde o II SNEA, chegamos carregados/as de perguntas e reflexões sobre qual Educação em Agroecologia queremos. Afinal, estamos educando para aprender a “ler os absurdos do mundo, para repensar o mundo e para transformá-lo”, tal como nos alertou Carlos Rodrigues Brandão no I SNEA em Recife/Paulista? Nos colocamos a serviço da natureza ou fazemos com que a natureza esteja a nosso serviço? Estamos superando a ciência positivista, estabelecendo o diálogo de saberes, reconhecendo que existem outras formas de construção do conhecimento? Como possibilitamos o diálogo entre o saber técnico-científico e o saber popular? Nossas experiências educativas promovem a participação? Que relações estabelecemos com os/as educandos/as? E com os povos dos campos, das águas e das florestas? A nossa educação é contextualizada? Quais conexões estabelecemos entre as áreas do conhecimento? A ciência e a educação crítica ainda nos assustam? Como andam as ideias sobre o chamado “rigor científico” e por que tantos entraves para que as metodologias participativas e o diálogo de saberes sejam reconhecidos na construção do conhecimento agroecológico? Estamos unindo o sujeito com a prática? Há menos “objeto de pesquisa”? Há menos “público de extensão”? Estamos conseguindo superar a sobrevalorização da dimensão ecológica e técnico produtiva nos currículos? Quais enfrentamentos estamos fazendo à “pedagogia da fome” nas nossas instituições? Como estamos colocando em prática os princípios da educação em agroecologia (complexidade, diversidade, transformação e vida)? Há outros princípios? Estamos superando a “educação bancária”, tal

como nos alertou Paulo Freire? Desenvolvemos a capacidade de cooperar e de autogerir? Educamos com amorosidade? Educamos para ocupar um pretenso mercado de trabalho para o agroecólogo ou para uma formação humanista, ética, comprometida e voltada para a autonomia dos/as educandos/as? Estamos nos cuidando para não sermos comprados e domesticados pelo mercado? Qual o papel da cultura no processo educativo? Há diálogo com os movimentos sociais e com o movimento agroecológico, feminista, negro, LGBTQIA+, da economia solidária, da soberania alimentar e segurança alimentar, da saúde coletiva...?

Enfim, muitas perguntas... Mais uma vez optamos pelo diálogo com experiências vindas de várias regiões do Brasil. Algumas respostas a algumas destas perguntas puderam ser encontradas nas 55 experiências apresentadas nos Tapiris de Saberes, onde tivemos a presença de educadores/as, estudantes, lideranças, agricultores/as e técnicos/as vindos de estados das regiões Norte (PA, com 24 experiências; AM, com 1), Nordeste (BA, 8; PE, 4; PI, 2), Sul (PR, 2; SC, 2; RS, 2), Sudeste (MG, 3; RJ, 2; SP, 3) e Centro-Oeste (DF, 2). Apresentamos aqui nestes anais os resumos das experiências apresentadas no evento, bem como seis textos sínteses das experiências e reflexões realizadas nos Tapiris.

Percebe-se que a maior parte dos trabalhos vieram do estado do Pará, e eles trouxeram, principalmente, experiências de várias universidades e institutos federais das regiões interioranas, demonstrando a importância da presença destas instituições de ensino para o avanço da educação em agroecologia na região. Também chamou a atenção:

- as experiências articuladas pelos Núcleos de Estudos em Agroecologia (NEA), evidenciando o valor desta política pública federal e seu potencial educativo;

- a diversidade de cursos de nível superior e médio envolvidos nas experiências, como, Licenciatura em Educação do Campo, Tecnologia em Agroecologia, Técnico em Agroecologia, Bacharelado em Agroecologia, Bacharelado em Desenvolvimento Rural, Licenciatura em Etnodesenvolvimento, Bacharelado em Nutrição, Bacharelado em Geografia, Bacharelado em Agronomia, Pedagogia, Bacharelado em Engenharia Florestal, Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia, Licenciatura em Ciências Biológicas e algumas experiências de escolas municipais e escolas populares;

- as experiências de Programas de Pós-graduação (que aparecem com maior expressão neste SNEA), entre eles o de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE); Saúde Pública (Fiocruz); Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida (UFOPA); Desenvolvimento Rural; Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (UNIFESSPA) e; Agroecossistemas (UFSC);

- as experiências que articulam extensão, pesquisa e ensino;

- as experiências conectadas com parceiros de diferentes institucionalidades e o trabalho em redes territoriais: organizações de agricultores (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores -MPA, a Via Campesina, as Federações de Trabalhadores/as da Agricultura), algumas organizações de assessoria, associações de agricultores/as e organizações religiosas; escolas municipais; instituições estaduais e federais de extensão rural e de pesquisa; prefeituras municipais e secretarias e; redes de organizações do campo agroecológico.

Com todas estas experiências e questionamentos, reafirmamos a necessidade de uma educação para o bem viver, que promova a fartura e a comida de verdade e que seja questionadora da “pedagogia da fome e da morte”; que lute pelos direitos humanos e que seja feminista, antilgbtqia+fobia e antirracista; que se oriente pela afetividade; enfim, por uma educação que nos ajude a “segurar a queda do céu”, tal como nos alertou o xamã Davi Kopenawa e o etnólogo Bruce Albert, no livro *A queda do Céu, Palavras de um Xamã Yanomami*.

Lançamos estes anais no XII Congresso Brasileiro de Agroecologia realizado no Rio de Janeiro/RJ, em novembro de 2023 que tem como tema **Agroecologia na Boca do Povo**. Acreditamos que neste número dos Cadernos de Agroecologia temos muitos elementos para contribuir com este debate, anunciando mais uma vez o papel da educação formal para que a agroecologia chegue na boca do povo e para superar a fome a partir de uma ciência dialógica e crítica.

Boa leitura!!

Recife, novembro de 2023.

Maria Virginia de Almeida Aguiar
Editora do Cadernos de Agroecologia
GT de Educação da ABA-Agroecologia
Comissão Organizadora do III SNEA